

ANEXO 11

**ARCABOUÇO LEGAL INCIDENTE SOBRE A RESERVA
NATURAL MORRO DA MINA**

ANEXO 11 – ARCABOUÇO LEGAL INCIDENTE SOBRE A RESERVA NATURAL MORRO DA MINA

A Legislação é um importante instrumento de auxílio à preservação dos recursos naturais, a despeito de algumas imperfeições que se lhe podem ser atribuídas, desde que invocada e aplicada quando se oferecerem oportunidades para tal (Contar, 1986). Sua análise e seu entendimento são de fundamental importância. No entanto, como a legislação é ampla e complexa, a seguir tem-se um breve resumo dos tópicos relacionados a algumas questões ambientais.

As Leis, Decretos e Resoluções citados a seguir têm influência direta ou indireta sobre a RPPN.

3.1.6 ÂMBITO FEDERAL

- ✓ Constituição Federal de 1988 em incisos VI e VII do artigo 23 e no artigo 225 fundamentam a criação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), estabelece o conceito de desenvolvimento sustentável e prevê a criação de espaços territoriais especialmente protegidos. Em seu Artigo 216 trata da questão do patrimônio histórico e arqueológico.
- ✓ Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que estabelece em seu Capítulo I as definições de monumentos arqueológicos e pré-históricos e a proibição do aproveitamento econômico, destruição e mutilação de quaisquer jazidas arqueológicas ou pré-históricas, antes de serem devidamente pesquisados, sob pena de crime contra o Patrimônio Nacional, e como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais.
- ✓ Lei nº 5.197/61, que dispõe sobre a proteção da fauna e dá outras providências.
- ✓ Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, institui o Novo Código Florestal, determina ao Poder Público a incumbência de criação os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais. Define as Áreas de Preservação Permanente e determina a implantação das Reservas Legais nas propriedades rurais.
- ✓ Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 que institui a PNMA que tem por objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições de desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses de segurança nacional e à proteção de dignidade da vida humana”. Em seu artigo 9º apresenta como um de seus instrumentos o zoneamento ambiental.
- ✓ Lei nº 7.347 de junho de 1985, disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- ✓ Lei nº 7.754 de 14 de abril de 1989, estabelece medidas de proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências.

- ✓ Lei nº 8171 de 17 de janeiro de 1991, dispõe sobre a Política Agrícola, colocando a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos.
- ✓ Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - Lei de Crimes Ambientais, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Essa Lei é acrescida de dispositivo, através da Medida Provisória nº 2.073-36, de 19 de abril de 2001 e foi regulamentada pelo Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis a condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.
- ✓ Lei 9.985 de 18 de Julho de 2000, cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Este define as diferentes categorias de manejo, sendo a RPPN considerada uma unidade de conservação de uso sustentável.
- ✓ Lei 11.284, de 2 de março de 2006 – Dispõe sobre a gestão de Florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.
- ✓ Lei Federal 11.428, de 22 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.
- ✓ Decreto nº 97.633 de 10 de abril de 1989, dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna e dá outras providências.
- ✓ Decreto 2.661, de 8 de julho de 1998 – Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.
- ✓ Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, regulamenta o SNUC. Define que toda unidade de conservação deve possuir um Plano de Manejo, elaborado pelo órgão gestor ou proprietário, quando for o caso. Este documento que conterá estudos das diretrizes visando um manejo ecológico adequado da UC.
- ✓ Decreto 5.975, de 30 de novembro de 2006 – Regulamenta os arts. 12, da parte final, 15, 16, 19, 20, e 21 da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4º, inciso III, da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2º da Lei 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências.
- ✓ Decreto Federal 6.660, de 21 de novembro de 2008 - Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
- ✓ Decreto nº 6.848 de 14 de maio de 2009, . Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental

- ✓ Decreto Federal 7.029, de 10 de dezembro de 2009 - Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado “Programa Mais Ambiente”, e dá outras providências.
- ✓ Resolução CONAMA nº 371, de 5 abril de 2006. Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o SNUC e dá outras providências.
- ✓ Resolução CONAMA 378, de 19 de outubro de 2006 – Define os empreendimentos potencialmente causadores do impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1º, art. 19 da Lei 4.771, de 15 setembro de 1965, e dá outras providências.
- ✓ Resolução CONAMA 379, de 19 de outubro de 2006 – Cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.
- ✓ Resolução CONAMA Nº 428, de 17 de dezembro DE 2010, dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da unidade de conservação (UC), de que trata o parágrafo 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimento não sujeito a EIA-RIMA e dá outras providências.
- ✓ Instrução Normativa nº 03 de 27 de maio de 2003 - Lista Oficial de Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção.

3.1.7 ÂMBITO ESTADUAL

- ✓ Constituição Estadual prevê a instituição da Política Estadual do Meio Ambiente em seu capítulo V, Artigo 207.
- ✓ Lei Estadual nº 1.211, de 16 de setembro de 1953, que dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná, o qual considera como constituinte do Patrimônio:

“conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.”
- ✓ Lei Estadual nº 6.513, de 18 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a proteção dos recursos hídricos contra agentes poluidores e dá outras providências.
- ✓ Lei Estadual nº 7.109, de 17 de janeiro de 1979, que institui o Sistema de Proteção Ambiental e adota outras providências.
- ✓ Lei nº 7.978, de 30 de novembro de 1984, institui o Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente, que tem como atribuições participar da formulação da Política do Meio Ambiente, incentivar a criação e desenvolvimento de reservas e parques naturais e

participar da elaboração, junto aos poderes públicos de todos os atos legislativos e regulamentares concernentes ao meio ambiente.

- ✓ Lei Estadual nº 59/91, seguida do Decreto nº 974/91 - Lei dos *Royalties* Ecológicos estabelece que 5% do ICMS deverá ser destinado a municípios que possuam em seu território áreas com mananciais e, ou UCs. O cálculo efetuado para a distribuição desta verba leva em conta, além do tamanho da área, a participação da Prefeitura na efetiva proteção dos recursos naturais.
- ✓ Lei Estadual nº 11.054 de janeiro de 1995 - Lei Florestal Paranaense, que estabelece normas de conservação e uso das florestas e demais formas de vegetação existentes no território paranaense. Define normas de utilização e classifica para fins da Lei as florestas em: Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, produtivas (sendo que a exploração só será permitida através de técnicas de manejo) e unidades de conservação.
- ✓ Decreto Estadual 857, de 18 de julho de 1979 - Regulamenta a Lei Estadual nº 7.109, de 17 de janeiro de 1979 que institui o Sistema de Proteção do Meio Ambiente.
- ✓ Decreto nº 387 de 3 de março de 1999 - Sistema de Reserva Legal, institui o Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente, integrado ao Programa de Conservação da Biodiversidade, Sistema Estadual de Reposição Florestal Obrigatória, Programa Estadual de Desenvolvimento Florestal e Programa Florestas Municipais.
- ✓ Decreto Estadual nº 1.529, de 02 de outubro de 2007. Dispõe sobre o Estatuto Estadual de Apoio à Conservação da Biodiversidade em Terras Privadas no Estado do Paraná, atualiza procedimentos para a criação de RPPNs. Define em seu Capítulo I, Artigo 1º as RPPNs como sendo unidades de conservação de proteção integral.
- ✓ Decreto Estadual 3.320, de 12 de julho de 2004 - aprova os critérios, normas, procedimentos e conceitos aplicáveis ao Sistema de manutenção, recuperação e proteção da reserva legal e áreas de preservação permanente – SISLEG, instituído pelo Decreto nº 387/99, visando aperfeiçoar a sua gestão para o Estado do Paraná.
- ✓ Resolução SEMA nº 31 de 24 de Agosto de 1998, estabelece requisitos, critérios e procedimentos administrativos referentes ao licenciamento ambiental, autorizações florestais e anuência prévia para desmembramento e parcelamento de gleba rural.
- ✓ Resolução Conjunta SEMA / IAP N° 001/2010 Altera a metodologia para a gradação de impacto ambiental visando estabelecer critérios de valoração da compensação referente a unidades de proteção integral em licenciamentos ambientais e os procedimentos para a sua aplicação.
- ✓ Portaria IAP 233, de 26 de novembro de 2004 - Aprova os mecanismos de operacionalização aplicáveis ao SISLEG, no âmbito do IAP, para o Estado do Paraná.
- ✓ Orientação Técnica IAP/DIBAP 01, de 08 de janeiro de 2007 - orientação sobre os procedimentos de averbação no SISLEG de área averbada antes da criação do SISLEG.
- ✓ Instrução Técnica IAP/DIBAP 02, de 08 de janeiro de 2007 - orientação referente a isenção de taxas para o SISLEG.

- ✓ Instrução Técnica IAP/DIBAP 02, de 21 de agosto de 2009 - necessidade de padronizar os procedimentos referentes a recomposição de áreas de reserva legal e de preservação permanente perante o SISLEG.
- ✓ Orientação Técnica IAP/DIBAP 04, de 17 de novembro de 2009 - Com o objetivo de complementar a base de informações digitais de uso de solo dos imóveis submetidos a processos de SISLEG define-se a partir da publicação desta Instrução Técnica os requisitos para os mapas de uso do solo de imóveis submetidos a processos de SISLEG no formato impresso e no formato digital.
- ✓ Instrução Normativa do DIBAP n° 001/2001, institui procedimentos para autorização de pesquisa e atividades docentes em UCs.
- ✓ Lei 9.433 de 08 de Janeiro de 1997, institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional dos Recursos Hídricos.
- ✓ Resolução conjunta IBAMA/SEMA/IAP N°005 de 28 de março de 2008, define critérios para avaliação das áreas úmidas e seus entornos protetivos, normatiza a sua conservação e estabelece condicionantes para o licenciamento das atividades nelas permissíveis no estado do Paraná.